

"Mens in corpore": o positivismo e o discurso psicológico do século XIX no Brasil

'Mens in Corpore': Positivism and Psychological Discourse in Brazil during the nineteenth century

Ricardo Keide

Ana Maria Jacó-Vilela**

RESUMO:

Os discursos psicológicos brasileiros do fim do século XIX e meados do século XX permitem investigar a autonomização da Psicologia no Brasil e sua relação com a constituição de concepções de Pessoa. As características presentes nestes discursos remetem-se àqueles das duas primeiras décadas do século XIX, que antecederam e propiciaram a instituição deste campo. Esta "Proto-Psicologia" apresenta um mundo trascendente, baseado no saber filosófico auto-contemplativo da Alma, cuja finalidade é a produção de subjetividades. No entanto, este discurso é enfraquecido com a chegada do pensamento positivista ao Brasil. O gradual processo de fisiologização do saber da Alma pode ser observado em práticas como o Higienismo, a Medicina Social e a Frenologia. A compreensão da influência cientificista permite perceber a preocupação dos saberes médico-psicológicos com a adaptação social do homem, estudar as posteriores alterações da concepção de Pessoa e observar a atual crise dos modelos acadêmicos.

Palavras-chaves: Positivismo; Alma; Pessoa

ABSTRACT:

Brazilian psychological discourses, from the end of nineteenth century to the middle of twentieth century, allow an investigation on the independence of Psychology in Brazil and its relation to the constitution of concepts of Person. Some characteristics of those discourses address themselves to the two first decades of nineteenth century, a period that not only anteceded but also provided the institution of such field. This 'Proto – Psychology' presents a transcendent world based on a philosophical knowledge of the Soul, whose aim is to produce subjectivities. Nevertheless, the arrival of positivist thought to Brazil changes the picture. A gradual process of physiologization of the Soul knowledge is observed in practice as Hygienism, Social Medicine and Frenology. The understanding of this scientificist influence offers a sight of man's social adaptation, main concern of medical-psychological knowledge; allows a study of posterior alterations in the conception of Person, and also an analysis of the current crises of academic models.

Key-words: Positivism, Soul, Person.

*“E aquilo que nesse momento se revelará aos povos
Surpreenderá a todos, não por ser exótico,
Mas pelo fato de poder ter estado oculto
Quando terá sido o óbvio.”
(Um índio - C. Veloso)*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de nossa proposta vinculada ao projeto intitulado *A constituição da Psicologia como saber autônomo: o caso brasileiro*. Tal projeto teve, inicialmente, como propósito geral, contribuir para a investigação dos discursos psicológicos brasileiros desde a Proclamação da República até meados dos anos 50 do século XX, buscando verificar suas articulações e rupturas em relação à constituição das concepções de Pessoa e o modo como, a partir desses discursos, foi possível a autonomização da Psicologia como saber e prática sobre o homem em

nosso século. O surgimento do interesse pela racionalidade filosófica brasileira do início do século XIX, analisando sua importância para a incipiente temática psicológica, fez com que surgisse a preocupação com um momento mais remoto da história, o que levou à dilatação do período considerado, incorporando-se, ao período pesquisado, as primeiras décadas do século XIX.

Investigar os discursos que antecedem a Psicologia significa investigar as condições que propiciaram a formação de um novo e específico campo de saber, a partir daqueles conhecimentos compartilhados até então por vários outros campos, assimilando a História da Psicologia como uma história de alianças e rupturas, cujo desconhecimento erradamente pressupõe um saber que sempre esteve presente, sempre existiu como tal.

A idéia de consolidar este trabalho como uma '*Proto-Psicologia*' surgiu da necessidade de se evitar o sufixo '*pré*', o qual indicaria um saber edificado '*antes*' que a Psicologia tivesse um discurso que a representasse. O conhecimento acerca da Alma, que será abordado aqui, está impregnado de elementos efetivamente constituintes dessa embrionária forma de Psicologia, não apenas trazendo consigo sementes para um futuro saber. Desta forma, o discurso da Alma não é algo que preceda, mas sim que assume a forma da primeira visão acerca da Psicologia no Brasil, o que o qualifica como sua proto-história.

Pode-se perceber, analisando investigações sobre a história das ciências, em particular da psicologia, a incorporação de um enfoque internalista ou externalista em relação ao objeto enfocado. Por internalismo se entende, como observa Georges Canguilhem (apud PENNA, 1980, p. 26), "a posição que consiste em pensar que não há história das ciências senão na medida em que nos colocamos no interior mesmo da obra científica para analisar as operações pelas quais ela procura satisfazer as normas específicas que permitem defini-la como ciência e não como técnica ou ideologia", como que pretendendo traçar a trajetória de uma comunidade científica particular. Por outro lado, quanto ao externalismo, devemos entender a necessidade de articular os acontecimentos e a produção científica da época enfocada às exigências políticas, sociais e ideológicas do mesmo período. "O externalista crê na história das ciências como um fenômeno estritamente vinculado à cultura" (PENNA, 1980, p. 26); o que é de fácil compreensão, se não perdemos de vista uma constante lógica da continuidade de influências entre diversas instâncias do contexto vivido em uma época. Assim, podemos não apenas posicionar o projeto dentro do enfoque externalista da análise da história da Psicologia, como também nos posicionar individualmente dentro deste projeto, ou seja, podemos definir a abordagem subsequente no que tange ao enfoque acerca da temática da alma, agente que contribui, no século XIX, para a trajetória percorrida rumo à consolidação do saber Psicológico do modo como o conhecemos hoje (KEIDE, 1997).

Como já exposto, inicialmente o projeto do qual este artigo é fruto tinha como objeto a análise do período compreendido entre a Proclamação da República (em 1889) e a criação do primeiro curso de Psicologia no Brasil, na PUC/RJ (em 1954). Porém a observação do momento filosófico vivido no início do século XIX fez notar a importância capital de certas temáticas discutidas na consolidação, tempos depois, de um discurso propriamente psicológico. Nas primeiras décadas do século XIX, podemos perceber a predominância de uma abordagem representante do saber filosófico, interessada nos atributos da alma humana e em seu papel na vida moral e "psychica" do homem. É desta época, inclusive, segundo o levantamento de nosso projeto, a primeira ocorrência do termo Psicologia em textos brasileiros da forma mais semelhante àquela com que o compreendemos hoje; trata-se do ano de 1830, com as "*Theses*

filosóficas sobre a Psychologia do homem” defendidas no Seminário de São Joaquim, ao qual voltaremos a nos referir mais adiante. Alguns anos depois, notadamente na segunda metade do século XIX, um outro discurso começa a se fortificar. Fundamentado na influência recém chegada do Positivismo, o discurso do corpo, representante do saber médico, paulatinamente assume a hegemonia acadêmico-social, articulando práticas como a da medicina social e do higienismo.

Desta forma, podemos dizer que há e não há um discurso psicológico no início do século XIX: não há, se procurarmos por um saber autônomo e independente, detentor de um objeto próprio; e há, se empregarmos sensibilidade e critério ao observar a nítida fluidez das temáticas psicológicas entre os dois discursos citados. Cumpre, todavia, ressaltar que a proposta deste trabalho é analisar, nesse quadro, a especificidade do discurso da Alma, sendo o outro apenas nosso objeto enquanto contra-teoria, e em suas rupturas e aproximações relativas ao primeiro.

A ALMA

Faz-se necessária, antes de iniciarmos propriamente a discussão do saber filosófico do século XIX, uma breve análise do que se chamou de alma. Tal conceito chega ao Brasil, segundo Alberti (1981), a partir da neo-escolástica contra-reformista, trazida pela campanha jesuíta, marcada pela superação do conceito platônico da alma encarcerada no corpo, e por sua substituição pela concepção aristotélico-tomista da unidade substancial entre corpo e alma, o que define esta última apenas em sua realização dependente do corpo. Deste modo, “nem se pode definir a alma sem referência ao corpo, nem o corpo sem referência à alma. [Esta] conceitua-se, então, como animante, e o corpo como animado” (PENNA, 1980, p. 74). Idéias diferentes para uma mesma metafísica realista matizada pela Igreja. A partir de Descartes, a alma passa a ser entendida de outro modo. Seus atributos de imaterial, livre, sem extensão nem substância, em contraposição ao corpo material operando por princípios mecânicos, é parte da problemática que introduzirá o sujeito na filosofia e inaugurará um outro estilo de metafísica, a metafísica idealista. “[A alma] diferencia-se do corpo, não mais por ser uma substância universal, pedaço ou analogia de Deus, mas porque ela é constituída de reflexão e de subjetividade. Como tal, a alma é capaz de ser entendida como consciência (...) é a alma que conhece, e é desse auto-conhecimento que vai decorrer a possibilidade de se criar o ‘eu’” (ALBERTI, 1981, p. 41). Garnier, em seu *Traité des facultés de l’âme*, de 1852 (*apud* FRANÇA, 1854), diz que não só os filósofos distinguem a alma do corpo: as crianças sabem que pronunciando a palavra *eu* também se referem a uma coisa diferente de seu corpo. Conhecem esse *eu* diferente do corpo mas, não o sabendo nomear, servem-se da palavra *eu* antes de se servirem das palavras *espírito* e *alma*.

O início do século XIX, no que diz respeito à produção intelectual e literária, foi fruto de alterações políticas profundas ocorridas anteriormente. Os jesuítas que, a partir do descobrimento, monopolizaram a cultura da colônia até meados do século XVIII, haviam estabelecido também uma grande influência na metrópole. A força política que assumiam as missões e os grupos organizados eram motivo de preocupação. Inspirado por razões desta ordem e interessado nas implicações da transformação cultural da Reforma Protestante, é então que o Marquês de Pombal estabelece uma ampla modificação em Portugal, retirando o aristotelismo das universidades, revendo posições da Inquisição portuguesa e, finalmente, perseguindo os jesuítas, inclusive no Brasil.

Com essas transformações se estabelece na colônia uma situação muito peculiar, pois eram os jesuítas aqueles que ministravam as aulas na maioria das escolas. Sendo assim, o questionamento das antigas teses escolásticas aliado à proibição do trabalho educacional dos jesuítas ocasionam uma profunda lacuna no ensino. Frente a essa situação, a reestruturação sócio-cultural que se fazia necessária sofre influência do papel ideológico presente pela “contemporaneidade revolucionária da França e dos Estados Unidos, pelo desejo de independência de Portugal e pela falta de tradição filosófica [no Brasil]” (ALBERTI, 1981, p. 14). Cria-se, desse modo, uma tentativa um tanto desordenada de atualização cultural: livre da série de dogmas que impediam o distanciamento da filosofia aristotélico-tomista, o intelectual brasileiro se encontrava agora em meio a um fluir de idéias que ofereciam a possibilidade da construção de discursos filosoficamente pobres e extremamente ecléticos, no dizer de Alberti.

É nesse contexto que, nas primeiras décadas do século XIX, surge o Imperial Seminário de São Joaquim e, com ele, as primeiras referências que indicam um saber acerca da temática da Alma, abordada através do enfoque da “*Psychologia do homem*”.

Como Sabóia (1903, p. 198) qualifica, “a palavra alma nunca designou em linguagem filosófica, genuína e pura, um fenômeno, nem um conjunto de fenômenos, mas sim um princípio interno pelo qual o homem vive, sente e pensa”. Todas as concepções acerca da alma eram compreendidas como fatos incontestáveis, uma vez que podiam ser verificadas e comprovadas no próprio sujeito que as experimentava; o espírito era um mundo novo a ser explorado pelo homem. Assim, o saber sobre a Alma se faz um saber auto-contemplativo que se estabelece do sujeito para ele mesmo, num conhecimento eminentemente introspectivo. Essa possibilidade de auto-conhecimento, divulgada ao extremo, fundamenta-se principalmente na tentativa de hierarquização de prazeres: já que se supõe a ocorrência de prazeres do corpo e de prazeres da alma, os da carne já não deveriam ser dignos de atenção; pensar em Deus, nas faculdades, no Bem e nas grandes causas é o ponto de partida para a retirada de qualquer importância daquilo que não vem diretamente da alma.

A Alma, neste momento, é definida como uma substância inteligente e capaz de sentir, distinta do corpo mas, em certa medida, servida pelos órgãos corpóreos no exercício de suas faculdades. No que tange à percepção, a captação sensorial do órgão implicaria a modificação do estado da alma. A participação da alma nos processos perceptivos era tida como absolutamente passiva, não cabendo a ela decidir ter, ou deixar de ter, as sensações (QUEIROZ et al, 1830).

Contudo, se a alma pode ser considerada passiva no que diz respeito à percepção, não se pode dizer o mesmo quanto a volição. A vontade ou livre-arbítrio, considerada como não dependente de qualquer órgão, era atribuída à única e definitiva influência da alma:

“Essa maneira de determinar deliberadamente se chama Liberdade: a qual vem a ser o poder da alma de querer ou não querer após a deliberação. Deste atributo de Liberdade é que deriva toda a moralidade do homem, a qual consistindo em regular seus desejos e volições, conformando suas ações livres com as leis, tanto naturais como sociais e, principalmente, com as que são previamente reveladas por Deus, é o fundamento de onde se deduzem as idéias do justo e do injusto, da virtude e do vício (...). Essas idéias combinadas à justiça e à sabedoria de um Deus infinitamente justo e sábio, deduz a alma o conhecimento de sua imortalidade”. (QUEIROZ et al, 1830, p. 22)¹

Percebemos, assim, que todo o discurso da alma tinha por finalidade atuar como dispositivo de produção da subjetividade, pautado em uma problemática de interesses e influências que iriam procurar voltar o sujeito para os valores da pátria e da família, um sujeito temente a Deus e ciente dos dogmas da Igreja.

Na análise aplicada em nosso trabalho, a observação da história a partir das diferentes concepções de Pessoa implica critérios teleonômicos diretamente atravessados por essas articulações entre a moral - senhora dos discursos e práticas embrionários do saber “psi” - e a construção de formas de subjetividade de acordo com o espírito de uma época (KEIDE, 1997). Deste modo, podemos perceber a primeira tentativa de transformar o discurso psicológico num discurso moral, o que se justifica quando observamos que “quem escrevia esses textos de Psicologia eram padres - como o é. Eutichinio da Rocha - literatos, como [o poeta] Gonçalves de Magalhães, médicos - como Eduardo Ferreira França, monarquistas ou ainda professores de Filosofia - como M. C. Guapy. Uma ‘intelligentia’ no dizer de Paulo Mercadante, ‘vinculada ao domínio rural e, quando muito, sobre a camada superior da incipiente classe média urbana’.” (apud ALBERTI, 1981, p. 18-19).

Ainda no dizer de Alberti (1981), se cada consciência observasse, prestasse atenção a tudo que nela ocorresse, a fim de que ela própria pudesse perceber o momento em que as idéias “fanáticas, hipócritas, despóticas”, em suma, as más idéias aparecessem, então essas mesmas consciências, ao perceberem tal aparecimento, seriam capazes de interceptar o desenvolvimento das más idéias e, daí, impedir as más ações.

“O homem, assim como todos os seres, tem um fim, esse fim se deduz de sua mesma natureza, e visto que a sua natureza é a de ser racional e livre, isto é, ser inteligente com aptidão a conhecer os preceitos da razão e executá-los voluntariamente (...). A conformidade da ação humana com a idéia do dever, com a norma imposta pela razão à liberdade, é o que se chama Bem Moral. Pelo oposto, a transgressão dessa lei é o Mal Moral. Daqui a distinção das ações humanas em moralmente boas e más, segundo que são conformes, ou não, à idéia do Bem Moral”. (GUAPI, 1849, p. 69-70)

A existência de uma alma no interior de cada um, capaz de arbitrar e agir em conformidade a uma moral que lhe é implícita, é uma tentativa de imputar ao sujeito autoridade sobre ele mesmo. Com isso se pretende, através da introspecção e da filosofia religiosa, reordenar práticas sociais e reflexões acerca do corpo nas quais o homem não agiria propriamente de acordo com seu dever moral.

Observamos que a oferta de uma fundamentação que não se sustentasse em verdades empíricas para o homem foi o que esteve por trás de toda a produção desses discursos no início do século XIX. O clero não jesuítico e a aristocracia rural, unindo a moralidade patriarcal a uma filosofia descompromissada, constroem um saber representativo dos primeiros textos de Psicologia no Brasil apresentando um mundo transcendente, em boa medida, segundo Alberti (1981), já abandonado pela sociedade ocidental.

Com a chegada do pensamento positivista no quadro brasileiro, notadamente na segunda metade do século XIX, e sua crescente fortificação, alteram-se as bases desse discurso. As novas exigências do saber científico impediam a permanência do discurso da alma, enfraquecendo-o gradativamente, tornando-o mais e mais inaplicável, não havendo lugar para o emprego de recursos hipotético-abstratos no novo espírito intelectual, na medida em que se criam

fundamentos para a formação de um novo saber, desta vez incidindo sobre o corpo. Todavia, cabe esclarecer com certo grau de detalhamento o que se passa, então, a chamar Positivismo, para que não se confundam conceitos e nem se façam julgamentos antecipados. Frente à importância do tema, propomos que se faça um breve corte didático.

POSITIVISMO²

O modelo de racionalidade na ciência começa a se fortificar a partir da *Revolução Científica* do século XVI, basicamente no domínio das ciências naturais, pelas mãos de figuras como Copérnico, Galileu e Newton: era dado o início da transformação dos cálculos mágico-religiosos numa incipiente forma técnica. A hegemonia da Igreja sobre a ciência sofre, a partir daí, os primeiros choques definitivos. Esse novo espírito introduz a desconfiança sistemática das evidências de nossa experiência imediata; a investida do cientista era, assim, conhecer a natureza para exercer seu poder sobre ela: saber para controlar. Era o momento intelectual que, de braços abertos, aguardava por Descartes. A partir do mecanicismo que surgiria com ele, no século XVII, se pôde fazer uma audaciosa inferência: tal como foi possível descobrir as leis da natureza, também seria possível descobrir as leis da sociedade (SANTOS, 1993). “A verdade científica, a partir de Descartes, passou a significar a confirmação, pela matemática, pelo cálculo, pela equação, de todos os fenômenos, quer intrigassem ou não o homem, quer fossem físicos, quer fossem mentais” (SOUSA, 1993).

A consciência filosófica da ciência moderna que, deste modo, teve suas primeiras formulações no século XVI, veio a condensar-se e encontrar suas formas definitivas no Positivismo. Ao se ouvir falar em Positivismo, o primeiro nome que surge, normalmente, é o de Augusto Comte. Porém, na realidade, não com todas as nuances que este nome deveria sugerir.

Pensador francês nascido em 1798, em meados da segunda década do século XIX inicia um conjunto de palestras em sua própria casa, o qual denominou Curso de Filosofia Positiva. Com o crescimento de sua popularidade e o refinamento de sua reputação, publica, entre 1830 e 1842, os seis volumes de seu Curso. Nesse contexto, Comte já havia formado um considerável séquito constituído tanto por alunos como por simpatizantes de sua filosofia (BASTIDE, s/d).

Elaborada desde 1822, a Lei dos Três Estados é editada no primeiro volume do *Curso*. Segundo ela, o conhecimento humano está necessariamente sujeito a passar por três estados teóricos diferentes: o Teológico, ou fictício, o Metafísico, ou abstrato, e o Positivo, ou científico. No primeiro estado, o homem dirigiria suas investigações para a natureza íntima dos seres, para suas causas finais; os fenômenos são atribuídos à ação de agentes sobrenaturais, produto de vontades soberanas. No segundo, a idéia de sobrenatural vai se diluindo e a de lei natural vai começando a se impor; o conceito de Deus começaria a se transformar em forças, em fluidos, em éteres, em vibrações e em energias que teriam por finalidade explicar os fenômenos. Já no terceiro e último estado, reconhecendo a impossibilidade de alcançar noções absolutas, o espírito humano renuncia à busca das origens das coisas para se preocupar com as leis naturais que regem os eventos (BARBOSA, 1972).

Assim, Comte admite a tendência para a crescente hegemonização da ciência no terceiro estado, tornando possível classificar hierarquicamente as ciências numa “Escala Enciclopédica”, em que cada categoria é fundamentada nos termos da categoria anterior e se torna fundamento da seguinte. Deste modo, temos uma escala de complexidade

crecente e de generalidade decrescente, ligando, nesta ordem, a Matemática, a Astronomia, a Física, a Química, a Biologia e a Sociologia, à qual ainda haveria de ser acrescentada, mais tarde, a Moral (PERNETTA, 1957).

Quanto à Psicologia, Comte acreditava que a compreensão humana se dava por comparação, não podendo aceitar as prerrogativas da Psicologia introspectiva que se firmava na época. Não basta dizer a um cego ‘isso é verde!’ em virtude de ele não possuir outros referenciais de cores, do mesmo modo que a capacidade de introspecção não faria o homem ir além dos limites onde ele já se encontra. Era preciso o contato com o outro; por isso a Psicologia, através da ótica introspeccionista, não podia se sustentar, sendo colocada, por Comte, fora da Escala. Portanto, o que sofre questionamento é a idéia psicológica da introspecção, não a existência de um sujeito reflexivo, nem a possibilidade de seu estudo. Assim, na primeira parte de sua obra, Comte relaciona a Psicologia como um capítulo da Biologia, o que não é uma negação total de sua existência.

Nestes termos, o *Curso* estabelece as bases da metodologia e do pensamento que considerou o saber científico como o único saber possível e verdadeiro, capaz de dar conta de todas as demandas do homem. O *Curso* representou toda a racionalidade da ciência construída desde o fim do século XVI em um todo coeso e determinante de um método, que orientaria o saber científico daí por diante. Portanto, essa obra consolida as características definitivas do conhecimento como metódico, objetivo e preciso, combinando raciocínio e experiência, buscando leis e teorias, afirmando a ciência como único tipo válido de saber, o que a tornava tutora do mundo e dos homens. Estavam garantidas a posição inviolável do cientista com o seu saber classificador e a do objeto, perseguido em sua mais autêntica significação. Era preciso algo que dividisse a história nesse prodigioso momento: no último volume do *Curso*, em 1842, Comte publica o Calendário Positivista, dividido em treze meses iguais de 28 dias, com nomes que glorificam figuras importantes da história, e um dia adicional, o último do ano, consagrado aos mortos (MENDONÇA, 1957).

Neste ponto acontece algo inesperado. Algo que mudaria fortemente grande parte daquilo que Comte considerava saber. Em outubro de 1844, numa visita a Maximilien Marie, amigo e ex-aluno, Comte conhece uma mulher que seria um marco em sua vida: Clotilde de Vaux, irmã de M. Marie. Era uma mulher de mais ou menos 30 anos, casada há 10. Seu marido, 6 anos antes, em um cassino, gastara 15.000 francos que não lhe pertenciam e, sob pressão, decidira fugir para a Bélgica sem a mulher. Nunca mais voltou. A lei impedia que Clotilde se casasse novamente, mas Comte, divorciado, inicia um encontro sem precedentes com a mulher que lhe mostraria um novo caminho. Detentora da moralidade católica, mas sem o jugo que lhe imputaria o catolicismo, Clotilde, em cerca de dezesseis meses, vive o que Comte destaca em sua própria vida como “o ano sem igual”. No início de 1846, Clotilde morre, não antes de fazer nascer a segunda, e definitiva, parte da obra de Augusto Comte (BASTIDE, s/d).

Não existem dúvidas de que o encontro com Clotilde oferece uma outra perspectiva filosófica a Comte que, embora não inteiramente nova, havia estado conservada até então apenas implícita, ou como possibilidade. Entre 1845 e 1849, idealiza uma religião, a Religião da Humanidade que, consagrando a plenitude dos conceitos anteriormente formulados, tem por objetivo a reorganização do poder espiritual. A Religião da Humanidade é sistematizada em 1851, com a publicação do primeiro volume do *Sistema de Política Positiva*, que só se completa em 1854. Antes de concluir o *Sistema*, Comte publica o *Catecismo Positivista*, obra didática doutrinária, que expõe os princípios de sua religião e a adoração da mulher como ser superior e anjo tutelar do homem. No desenvolvimento do Apostolado podemos mesmo

buscar uma semelhança com o catolicismo, isto é, se formos capazes imaginar um catolicismo sem Deus e sem sobrenatural, um catolicismo não fundado na culpa e no pecado.

No segundo volume do *Sistema* foi acrescentada, então, à Escala Enciclopédica das Ciências, a Moral (normalmente “esquecida” pelos historiadores), como o último e mais refinado saber. Esse acréscimo traz consigo a inclusão do chamado “Método Subjetivo”, o que viria a ser a temática de Comte até sua última obra, a *Síntese Subjetiva*, onde postula que se deve “subordinar o progresso à ordem, a análise à síntese e o egoísmo ao altruísmo”, articulando a inteligência ao sentimento. Segundo Bastide (s/d) constatamos, com algum espanto, que a Psicologia, antes relegada a um capítulo da Biologia, é reintroduzida sob o nome de Moral e sob a forma de uma ciência do individual, prelúdio à educação positiva, em que primam a sociabilidade e o altruísmo. Só então se estabelece a completude do lema, que chega fragmentado à nossa bandeira, do “amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim”.

Dá-se, como conseqüência, um desenlace importante para a história do saber. Diversos discípulos, não aceitando o desenvolvimento da obra do mestre, rompem de modo total e definitivo com a doutrina. J. Stuart Mill é um exemplo; já independente, desenvolve o início da escola associacionista. E. Littré é outro exemplo, que cabe tratar com mais cautela.

Littré, amigo íntimo e discípulo de Augusto Comte, não pôde compreender o recurso à dimensão religiosa proposto pelo mestre, nem, muito menos, a introdução do método subjetivo, que comprometeria irremediavelmente a noção de dado puro, independente do observador que, isento, deveria apenas objetivamente verificar suas propriedades. A distinção sujeito/objeto, que fundamentava o trinômio “verificação-previsão-controle”, estaria ameaçada pelo método subjetivo. Deste modo, Littré assume publicamente que Comte se tornara um espírito decadente, ferido pelo desenlace trágico de uma paixão e vítima de irreversível “crise cerebral”. A ruptura consuma-se em 1852.

Desafortunadamente para alguns, foi Littré quem, ainda se intitulando positivista, difundiu a obra de Comte nos meios médicos, científicos e literários com maior vigor. As idéias do Curso de Filosofia Positiva, dissociadas do Sistema de Política e de toda a segunda parte da obra de Comte, foram vulgarizadas e tornaram-se o paradigma ideológico dominante. Normalmente, o que se chama hoje ‘Positivismo’, assimilado ao cientificismo, é, na realidade, Littreísmo e pouco tem a ver com a doutrina de Comte (BASTIDE, s/d).

A racionalidade científica moderna, hoje em visível crise, não é fruto da obra de Comte; o questionamento atual não é ao Positivismo, mas sim à deformação proposta por Littré. A ciência totalitária fechada em si mesma, que torna incomunicáveis sujeito e objeto num experimentalismo restrito, inspira reflexões epistemológicas inevitáveis; porém, é preciso direcionar a crítica com sabedoria.

Todavia, seria equívoco recorrer à simplificação, afirmando que existem dois Positivismos: um do paradigma científico, outro do Apostolado. Trabalhando em entrevistas no Templo Positivista Brasileiro, obtivemos um exemplo esclarecedor. Se tivéssemos fotografias de um único ser humano, tiradas uma em cada aniversário, durante quarenta anos, ao olharmos para a primeira e para última, diríamos não se tratar da mesma pessoa. Porém, acompanhando a evolução ano a ano das fotos, compreenderíamos o desenvolvimento do sujeito. O mesmo ocorre em relação ao positivismo. Durante os quarenta anos em que Augusto Comte escreveu há um mesmo modo de raciocinar; o que vemos

nas extremidades da obra de Comte é tão somente o desenvolvimento de suas idéias, nunca representadas por lógicas diferentes.

Desta forma, apesar da vigorosa chegada do Apostolado Positivista, o que temos no Brasil, ao menos no âmbito científico, a partir da segunda metade do século XIX, não é o Positivismo comteano, como também não o é tudo aquilo que se consolidou como paradigma da ciência, posteriormente.

Segundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos (*apud* TORRES, 1957), os primeiros textos brasileiros que começavam a apresentar, mesmo que enfraquecidamente, a doutrina Positivista foram publicados em 1850, em meios matemáticos, quando Miguel Joaquim Pereira de Sá apresentou para doutorado na Escola Militar uma tese sobre os princípios de Estática. Assim, melhor compreendida a questão do Positivismo e considerando-se as particularidades das condições e datas de sua chegada ao Brasil, podemos, com mais garantias, retornar ao ponto onde paramos e observar o contexto que propicia a emergência e rápida hegemonização de uma nova ordem de saber, inserida na temática psicológica.

O CORPO E A ALMA

Reconhecida a influência científicista de Littré, chamada então de Positivismo, na segunda metade do século XIX, pode-se supor que a nova exigência do espírito científico passa a construir um saber especulativo acerca de temáticas centradas em aspectos quantificáveis, físicos. O que se inicia é uma fisiologização do saber sobre a Alma, uma tentativa de localizar fisicamente suas funções e seus atributos. Com isso, a noção de organismo começa a ganhar campo e a Fisiologia se fortifica como modelo para o saber da Psicologia, determinando, deste modo, que os seus princípios sustentem a gradativa transformação da alma em atividade nervosa, dando lugar a um discurso sobre o cérebro, os nervos e, mais tarde, a consciência (KEIDE, 1997).

Todavia, essa transformação foi gradual e acompanhada de um período de grande indefinição, representado por diversos textos em que se encontram diluídas as duas vertentes de influências numa mesma obra:

“A alma se acha presente no corpo e o corpo na alma, tendo como intermediários os nervos sensitivos que a põe em comunicação com todos os pontos do organismo, como raios que ligam o centro a todos os inumeráveis pontos de uma esfera. Por intermédio dos nervos motores irradiando do aparelho cérebro-espinhal, a alma põe em movimento as partes e órgãos do corpo, onde esses nervos terminam em conexões com as fibras musculares (...). É evidente o fato da união do espírito com o corpo, havendo como que uma transfusão ou comunicação mútua do ser e das propriedades da matéria e do espírito. (...) Deus existe, a alma existe, e se esta existe é impossível que não seja imortal, porque só assim se compreende que não pudessem ter o mesmo fim - Nabis, Nero, Calígula, Vespasiano, como o de um Vicente de Paulo e outros grandes apóstolos do bem quase absoluto e de uma santidade e virtudes acima do que a razão pode conceber de mais transcendente em sua pureza”. (SABÓIA, 1903, p. 196-197)

Esta crescente fisiologização da alma, cada vez mais independente do saber filosófico, pode ser observada em práticas que surgiam ou que fortaleciam sua atuação, como o Higienismo, a Eugenia, a Medicina Social, a Puericultura e, em especial, a Frenologia. Se, por um lado, podemos destacar a ação do planejamento urbano da Medicina Social,

“ligada à idéia de que a cidade é a causa da doença devido à desordem” (MACHADO, 1978, p. 260) - preocupando-se com o saneamento, a circulação do ar e da água, a localização e o espaço interno das residências e instituições, a drenagem de pântanos e até mesmo a remoção de montanhas, com a proposta de uma cidade sadia e moralizada para um corpo igualmente sadio e moralizado -, por outro lado temos a Frenologia³, segundo a qual:

“para cada faculdade especial, para cada instinto primitivo, para cada sentimento particular, há no cérebro um órgão próprio, uma circunvolução que, pela sua proeminência, se revela na forma exterior do crânio”. (MAGALHÃES, 1876, p. 10)

“Assim, todas as faculdades intelectuais e morais dependem de órgãos especiais do cérebro. (...) Baseiam-se, os frenologistas, na possibilidade de o crânio, ainda mole do princípio até a sétima semana da geração, se modela sobre o cérebro tomando a forma que este lhe imprime e, ossificando-se pouco a pouco, conserva e mostra exteriormente os altos e baixos correspondentes aos da massa encefálica.” (MAGALHÃES, 1876, p. 16)

Nitidamente se percebe o modo pelo qual o que antes era considerado atributo de uma Alma voluntária e una, independente do corpo, se fisicaliza, traduzindo-se (ou reduzindo-se) em propriedades de nervos e circunvoluções. Porém, como vimos, isso não se deu sem um período de forte resistência. O próprio texto de Gonçalves de Magalhães, dedicado ao Imperador, de onde foi extraída a descrição citada de Frenologia, é um exemplo de uma empreitada desesperada na tentativa de sustentar o discurso da Alma a partir de reflexões filosóficas articuladas à refutação do sistema de Gall. Após definir a *Psychologia* como o estudo das faculdades intelectuais e morais do homem, o autor afirma, tentando conciliar os discursos, que “o cérebro serve ao espírito como o piano ao artista”, para a seguir, num último recurso, expressar a agonizante situação da Alma, questionando:

“O que seriam com efeito a moral e a religião sem uma alma de natureza tal que pudesse sobreviver à decomposição do corpo? Se fatalmente se arrastasse o homem só pelo impulso de alguns cegos instintos (...), se ele não se conhecesse livre em suas determinações pessoais, se nenhum império tivesse sobre si mesmo, o que seria e, em que se fundaria essa lei moral que o obriga à resistir às suas paixões e lhe serve de guia para julgar as ações próprias e alheias? Donde lhe viriam as idéias do justo e do injusto, do mérito e do demérito, do prêmio e do castigo? Sem uma Alma distinta do corpo, como se geraria em nós a crença e a esperança de uma vida futura(...)? E porque absurdo incompreensível órgãos materiais corruptíveis nos dariam tão sublimes idéias e nos imporiam o dever de sacrificar por elas, inutilmente, os prazeres atuais e a vida presente?”. (MAGALHÃES, 1876, p. 29-30)

Percebe-se não apenas o discurso da Alma tentando reagir desordenadamente, como também todo o espiritualismo desarticulado, tentando ressuscitar os *deuses* mortos pelas mãos da ciência. Gonçalves de Magalhães, filósofo, diplomata e poeta introdutor do Romantismo no Brasil, encerra sua carreira literária com *A Alma e o Cérebro*, publicado em Roma, e finaliza essa última obra com o apelo afirmativo de que “a ciência não é o produto da vista e do tato, é o produto da razão humana elevando-se à razão divina” (1876, p. 414).

Essa postura lhe rendeu duras críticas, orientadas por uma crescente fundamentação fisiológica e cientificista do saber acadêmico. Um exemplo claro pode ser observado num artigo datado de 1877, um ano depois da publicação do livro de Magalhães:

“(...) as aplicações do que nos legando a ciência positiva, isto é, sujeição ao regime puro de uma ordem de idéias bem deduzidas, refletidas e verificáveis, que não assente a dúvida onde jaz desmoronada a fé, mas no altar demolido da crença morta edifique o santuário da convicção sincera e profunda. (...) Com Magalhães, sentimos falecer-nos a paciente disposição para tratar de coisas que estão a escorregar-nos da mão e desfazer-se em farelos mofados à menor tentativa de análise. Quase todos os capítulos desse livro [o de Magalhães] não traduzem senão uma refutação banal do sistema frenológico de Gall (...). Grande foi o serviço feito por Gall, e pelo qual ele está merecendo as gratidões eternas do espírito humano (...), subordinando a Fisiologia à Anatomia, repousa a análise comparativa dos fenômenos psíquicos e do cérebro que os manifesta. A Psicologia deve ligar seus métodos aos da fisiologia, e só assim, por essa fusão, esperar atingir o ideal da ciência positiva” (A. B. , 1877, p. 6)

O discurso da Alma, sem um ambiente que o acolhesse, encontra-se sem referenciais, o que provoca, nos estertores finais de sua existência, uma desarmonia consensual produtora de desacordos até entre seus apologistas. A Igreja Católica, por exemplo, inicia, também neste momento, um movimento de reação ao pensamento Positivista no país, o que fez com que o discurso da Alma elaborado por padres se fechasse sobre si mesmo, como se nada houvesse fora da Alma e como se nada houvesse fora dele próprio. Segundo Alberti (1981), no ano de 1863, o padre Patrício Moniz, em sua *Teoria da Afirmação*, fez com que “a Alma figurasse como substância acima de qualquer coisa sensível, uma Alma infinita, sem objetivos que a limitassem”, demonstrando claramente um enrijecimento do saber filosófico contra um ataque cada vez mais forte da racionalidade empírica. Se tal empreendimento produz um discurso diferente até mesmo relativamente àqueles elaborados no Seminário de São Joaquim, no início do século XIX, também por padres, inicia ainda maior desacordo quanto àqueles produzidos mais recentemente, que já procuravam conciliar as duas racionalidades.

O discurso médico sobre o corpo teve ainda outro aliado poderoso, representado pela imprensa leiga, que surgia com crescente vigor. Jornais diários se multiplicavam anunciando as novas orientações da Medicina Social e das práticas higiênicas, os recentes grupos e associações de médicos criavam periódicos de circulação cada vez maior e, até mesmo na literatura do Realismo/Naturalismo, o saber fisiológico ganhava campo: é o caso de *O Alienista* (1882) de Machado de Assis, *Casa de Pensão* (1884) e *O Cortiço* (1890) de Aluísio de Azevedo. Todo esse espírito nascente vai promovendo, como observa Duarte (1986), a formação de novos conceitos no senso comum. A consolidação de um sistema físico-moral, agora também na imprensa, inclui mais facilmente categorias como a dos “*problemas dos nervos*” no imaginário popular, solidificando cada vez mais a hegemonia do saber acerca do corpo.

Deste modo, a construção desse novo saber assume uma forma normatizadora agora com características disciplinares, utilizando, porém, diferentes estilos de argumentação. Segundo Machado (1978), na comparação entre o homem comum e o alienado, o nível moral é o nível fundamental de consideração. A degeneração é observada através da “análise diferencial do caráter, dos hábitos, das inclinações do indivíduo no meio familiar, em seu círculo de

amizades, em sua vida profissional, em suas tendências políticas, convicções religiosas, etc” (MACHADO, 1978). Assim, notamos que o médico assume o mesmo poder antes atribuído ao filósofo ou ao padre, um poder ainda investido da moral que procurava construir um sujeito disciplinado. Se já não existe a Alma, existe então a personalidade, existe o *eu* e existem novas formas de agir sobre esse objeto.

Neste contexto, a transgressão não se refere somente à lei de Deus, mas à natureza do homem, à saúde. A adaptação social do homem, objeto crescente no novo modelo da temática psicológica, é a adaptação ao surto urbano-industrial iniciado na segunda metade do século XIX, é a adaptação aos valores burgueses, ao equilíbrio familiar e ao trabalho, o que coloca o embrionário discurso *psi* novamente em posição de agenciador do poder e da norma. A moralidade religiosa é substituída pela “religiosidade” científica e urbana.

CONCLUSÃO

Um discurso próprio da Psicologia que referendasse um saber autônomo, senhor de um objeto e dono de uma prática, só se poderá verificar algumas décadas mais tarde; porém, já neste momento se podem prever os seus possíveis contornos. “À antiga marca religiosa do discurso, opõe-se a nova marca leiga da Psicologia, que remete à outra moral e à outra concepção de homem. Ao invés da finalidade prescrita por esse discurso ser a vida eterna, torna-se a adaptação ao mundo; ao invés da busca de Deus, a busca da felicidade, da saúde” (ROPA, 1982, p. 26).

Ropa (1982) nos conduz no sentido de reconhecer no desdobramento dos saberes médico-psicológicos, iniciados com a influência do cientificismo, essa tentativa de produção de um sujeito socialmente ajustado, moralizado, consciente de seus deveres e afetivamente regrado. A disciplina, proposta pelo novo saber *psi*, adquirida em nome da felicidade pessoal, se articula *ad infinitum* com a transformação dos valores morais em fatos psicológicos, para deste modo incidir sobre o sujeito com novo intuito normatizador.

Assim, podemos estabelecer três momentos distintos, porém detentores de interseções: o primeiro, relativo ao discurso filosófico inclinado à moralização religiosa; o segundo, o do saber acerca do corpo, procurando sustentar uma medicalização moral; e, finalmente, o terceiro que, já nas primeiras décadas do século XX, indica a crescente autonomização do discurso psicológico, criando uma postura e um substantivo inéditos, a psicologização, herdeira da moralidade sempre presente, quer no *corpo* quer na *alma*.

Compreendendo apropriadamente a influência do cientificismo litreísta na constituição do paradigma da ciência, é possível observar a atual crise de modelos do saber acadêmico como uma crescente superação da racionalidade normatizadora construída ao longo de todo o período enfocado. Porém, tal constatação não nos liberta do jugo da disciplina, nem ao menos suaviza sua presença. Apenas podemos supor que, com a indefinição das fronteiras do saber científico e, com ele, do saber ‘psi’, os indícios do questionamento da antiga postura, bem representados pela proliferação das práticas esotérico-alternativas que reivindicam para si um caráter assustadoramente científico, aproximando-se cada vez mais de um público intelectualizado, surgem como “sendo tanto uma continuação de um processo de psicologismo (...), quanto a ultrapassagem desse mesmo processo” (RUSSO, 1996, p. 26) num conjunto de alianças com filosofias orientais e as mais variadas ordens místicas conhecidas. A postura cientificista, então chamada de Positivismo, relativa ao discurso filosófico no século XIX, teve importância decisiva nas posteriores alterações das

concepções de Pessoa apresentadas na época; assim, podemos inferir que sua atual fragilidade ofereça um acervo de novas construções acerca do homem moderno e de suas pretensões enquanto um sujeito inexoravelmente em construção.

“O estudo da História deve tender não a um conhecimento eminentemente teórico e nostálgico, mas à possibilidade de um exame crítico do momento contextual mais recente” (KEIDE, 1997, p. 8). Assim, se de algo podemos estar certos, é de que fazemos parte de um todo em movimento e em constante construção, é em harmonia com esse todo que a História, “romance de historiadores”, se faz justificar, na medida em que a compreensão do passado é uma das formas de construção do presente. Analisar, pela ótica da História, aquilo que somos e como chegamos a sê-lo é, portanto, definir com maior clareza aquilo que desejamos nos tornar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A. B. - “A alma e o cérebro: A última obra do Sr. D. J. Gonçalves de Magalhães (Visconde de Araguaya)”. Artigos bibliográficos publicados na Reforma por J. E. Teixeira de Souza. Rio de Janeiro: Tipografia da Reforma, 1877.
- ALBERTI, Sônia - *Um estudo dos discursos de Psicologia do século XIX no Brasil*. Dissertação de Mestrado, PUC/RJ, 1981.
- BARBOSA, Luis Bueno Horta - *Sociologia Positiva: Explicação da lei dos três estados*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista Brasileira, 1972.
- BASTIDE, Paul Arrousse - *Auguste Comte*. Lisboa: Edições 70, s/d.
- BOTTOMORE, Tom e NISBET, Robert - *História da Análise Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- CANGUILHEM, Georges - “O que é a Psicologia?”. Em: *Revista Tempo Brasileiro*. Vol. 30/31, Rio de Janeiro, 1972.
- CARVALHO, José Murilo de - *Formação das Almas*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1990.
- DUARTE, Luís Fernando Dias - *Da vida nervosa das classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- FRANÇA, Eduardo Ferreira - *Investigações de Psychologia*. Salvador: Tipografia de E. Pedrosa, 1854.
- GUAPI, M. F. da C. - *Analyse dos factos da consciencia para servir de introdução à Psychologia*. São Paulo: Tipografia Liberal, 1849.
- KEIDE, Ricardo A. - *Sequazes da Alma: Questões no discurso psicológico do século XIX*. Rio de Janeiro: Mimeo, 1997.
- _____ - “Breves apreciações acerca do Positivismo”. Em: *Boletim CAPSI*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.
- LINS, Ivan M. de Barros - *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1967.
- MACHADO, Roberto et all - *Danação da Norma: Medicina Social e constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de - *A Alma e o cérebro*. Rio de Janeiro: Garnier, 1876.
- MENDES, R. Teixeira - *A harmonia Mental*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista Brasileira, 1931.
- MENDONÇA, Geonísio Curvello de - *Calendários Positivistas, católicos e republicanos*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista Brasileira, 1957.
- MONSÃO, Francisco Rodrigues - *Influências da puberdade sobre os dois sexos da espécie humana*. Salvador: Tipografia de E. Pedrosa, 1846.
- PENNA, Antonio Gomes - *História das idéias psicológicas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- PERNETTA, Augusto Beltrão - *Filosofia Primeira*. Estudos de Ciência Positiva. Rio de Janeiro: Laemmert, 1957.

QUEIROZ, João de Sequeira; PEREIRA, José Joaquim e COUTO, Antônio Máximo - *Theses Philosophicas sobre a Psychologia do homem as quais se propõe defender em público no Imperial Seminário de São Joaquim*. Rio de Janeiro: Tipografia Astre'a, 1830.

ROPA, Daniela - *Análise dos discursos psiquiátricos: O discurso psicológico*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, 1982.

RUSSO, Jane - "As práticas alternativas e a crise fin-de-siècle". Em: *Eventual 9@*, Rio de Janeiro: 1996.

SABÓIA, Visconde de - *A vida psychica do homem: ensaio philosophico sobre o matterialismo e o espiritualismo*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1903.

SANTOS, Boaventura de Sousa - *Um discurso sobre as ciêncas*. Porto: Afrontamento, 1993.

SCHULTZ, Duane P. e SCHULTZ, Sydney E. - *História da Psicologia Moderna*. São Paulo: Cultrix, 1992.

SOUSA, Walter - *O Novo Paradigma: a ciência à procura da verdadeira luz*. São Paulo: Cultrix, 1993.

TORRES, J. Camillo de Oliveira - *O positivismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1957.

Bolsista PIBIC/UERJ, 6^o período do curso de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

** Coordenadora do projeto de pesquisa "A constituição da Psicologia como saber autônomo: o caso brasileiro".

¹ Esta e todas as outras citações extraídas de textos da época tiveram sua grafia alterada para a forma atual.

² Este tópico é uma versão modificada do artigo: KEIDE, Ricardo A. *Breves apreciações acerca do Positivismo*. Boletim CAPSI. Rio de Janeiro: UERJ, 1998

³ Do grego, *Phren*, espírito, e *Logos*, estudo, propondo a fisiologia do espírito. Este nome não foi atribuído por seu criador, Dr. Gall, que preferiu a modesta denominação de Craneoscopia ou Craneologia; a expressão pretensiosa se deve ao Dr. Spurzheim, discípulo e colaborador de Gall (MAGALHÃES, 1876).